

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, COMO MEDIDA DE COMBATE À POBREZA: UMA ANÁLISE DE ALGUNS DE SEUS IMPACTOS NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG

Juliana Franciny Pereira Barbosa¹
Luciana Maria Costa Cordeiro²
Luciene Rodrigues³
Tânia Marta Maia Fialho⁴.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar alguns dos efeitos socioeconômicos causados pelo programa Bolsa Família no município de Montes Claros. Após análises dos dados da pesquisa, constatou-se que o Programa tem proporcionado resultados diminutos no que refere ao alívio imediato nas condições de vida das famílias uma vez que indicadores importantes como saúde, educação e emprego, dentre outros, não foram atendidos de forma satisfatória. O que se percebe, portanto, é que a renda é um fator importante, porém, por si só não é suficiente para o alcance dos efeitos objetivados pelo Programa e, sobretudo, esperado pela população em situações de pobreza

Palavras chaves: Programa Bolsa Família, Combate a Pobreza, Impactos locais.

Área: D – Demografia e Políticas Públicas

Sessão Temática: D5 – População e políticas públicas em Minas Gerais.

¹ Bacharel em Ciências Econômica pela UNIMONTES.

² Professora do Departamento de Economia-UNIMONTES, Doutoranda DINTER – UNIMONTES/CEDEPLAR

³ Professora do Departamento de Economia-UNIMONTES, Doutora em História Econômica pela USP.

⁴ Professora do Departamento de Economia-UNIMONTES, Doutoranda DINTER – UNIMONTES/CEDEPLAR

1. INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família criado em 9 de janeiro de 2004 pelo Governo Federal consiste em um programa social de transferência de renda, o qual atribui uma transferência monetária as famílias em condição de pobreza e extrema pobreza, segundo corte de renda determinado. O programa tem como intuito, integrar os processos de gestão e execução das ações de transferência de renda que o Governo Federal até então praticava junto a outros programas de transferência de renda mínima, em especial os Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e o Cartão Alimentação.

Além de promover a transferência de renda, o programa objetiva interagir as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com a rede de serviços públicos como a saúde, educação e assistência social, promovendo uma política de combate à fome e segurança alimentar, nutricional, além de impulsionar o desenvolvimento social e econômico destas famílias.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral, analisar alguns efeitos promovidos pelo Programa Bolsa Família às famílias dos beneficiários do município de Montes Claros.

Visando, portanto, o alcance dos objetivos propostos no trabalho, o presente estudo inicia com uma pequena revisão de literatura acerca da pobreza e de suas várias interpretações.. Isso é feito a partir da revisão trabalhos de autores como Sen (1999), Balsa et al. (2006), Estivill (2006), Bajoit (2006), dentre outros e pesquisa de campo via aplicação de questionários aplicados junto a 156 famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no município de Montes Claros/MG, as quais, com base em parâmetros estatísticos, foram selecionadas aleatoriamente dentro de um universo de 23.954 famílias cadastradas no programa. E para descrever alguns dos impactos deste programa no município em destaque foram realizados testes econométricos tais como análises univariadas, por meio de estatística de teste t para diferenças de médias e análises multivariadas, através de modelos de regressões.

Neste sentido, além desta introdução, este artigo encontra-se dividido em três sessões. Na primeira seção, são apresentadas as principais características do programa, bem como o perfil do município objeto central de estudo deste trabalho. Na segunda seção, destaca-se a metodologia de pesquisa utilizada para obtenção e análise dos dados observados. Na terceira seção é feita uma avaliação do perfil dos beneficiários atendidos pelo programa, tanto pessoais quanto familiares, bem como, alguns testes econométricos para verificação dos impactos do programa. Por fim, apresenta-se análise conclusiva, contemplando além de constatações resumidas dos principais fatores observados, resultados de alguns dos impactos avaliados via pesquisa de campo e realização de testes estatísticos e econométricos, os quais subsidiaram, além da caracterização da população atendida, o apontamento de algumas críticas acerca da forma de atuação do programa no município de Montes Claros.

2. O Programa Bolsa Família, como medida de combate à pobreza: seus impactos no Município de Montes Claros

A utilização do conceito de pobreza tem um longo itinerário que provém da Idade Média (Gieremek, 1987; Sassier, 1990; Castel, 1995). Segundo Estivill (2006:104-07) o termo pobreza encontra sua origem no adjetivo *pauper-eris*. Ele cita que Casado (1990) por meio de 1.044 documentos do Arquivo Histórico da Real Academia espanhola, elencou diferentes funções e acepções desta palavra. Em 37% dos casos é atribuída uma função substantiva que identifica aquelas pessoas que carecem de bens materiais. Em 13% dos casos o substantivo pobre é utilizado como oposição a rico e, em 4% as palavras são associadas no plural “ricos e pobres”, mostrando que esta antítese tem valor totalizador, do qual deriva a universalidade do termo riqueza/pobreza como elemento de caracterização social. Em 39% dos casos, “pobre” é utilizado de forma imediata, com sentido de comiseração e, com menos frequência, de desprezo, utilizando-se mais em relação a experiências como escassez, ausência de valor, modéstia. A sua utilização é mais freqüente com referência a entidades geopolíticas, como *povos pobres, regiões pobres, países pobres*. Estivill (2006:105) sintetiza os diferentes significados expressos pela palavra pobre em três tipos de carência: ter pouco, valer pouco, ter pouca sorte. Tal carência pode ser estrutural “ser pobre”, circunstancial “estar pobre”, excludente “não ser rico”, voluntária “tornar-se pobre” ou fingida “fazer-se de pobre”.

A literatura aponta que a pobreza é um problema multidimensional. Ademais, existem diferentes interpretações acerca da pobreza e dos pobres. Segundo Bajoit (2006:92) os sociólogos “fotografam” a pobreza a partir de diferentes pontos de vista e distingue quatro leituras (a) o pobre como marginal; (b) o pobre como explorado; (c) o pobre como dependente; e, (d) o pobre é desafiado.

A primeira leitura, o pobre como marginal, ele é pobre porque está mal socializado ou socializado numa subcultura diferente daquela da maioria das pessoas e não tem sucesso porque é estigmatizado (Oscar Lewis, Richard Hoggart, G. Simmel).

Na segunda, o pobre é pobre porque é explorado pela classe dominante, porque é alienado, pauperizado, excluído pelo funcionamento do capitalismo e não pode ter sucesso porque não é protegido e auxiliado (Jean Labbens, Vercautaren).

Na terceira, o pobre como dependente, é pobre porque não tem autonomia e não tem sucesso, porque não tem capital social suficiente (Kliksberg, Tomassini, Putnan).

Por último, o pobre é desafiado, é pobre porque está isolado, atomizado, desestimulado e não tem sucesso porque não participa em formas de solidariedade organizada (R. Castel, S. Paugam).

Para Bajoit (2006:93) estas leituras derivam, implícita ou explicitamente, de duas representações diferentes do contrato social⁵ em que a primeira se baseia na idéia de igualdade e uma segunda na idéia de equidade. A legitimidade da igualdade se funda nas necessidades materiais das pessoas. Ter necessidades materiais é a condição que o indivíduo precisa preencher para poder se beneficiar legitimamente da ajuda instituída pela coletividade e que o Estado tem o papel de administrar, foi a concepção que prevaleceu na sociedade industrial, capitalista, socialista ou comunista. No contrato social baseado na idéia de equidade, a condição que o indivíduo deve preencher para ter acesso legítimo ao acesso instituído é o empenho. Ele deve provar não somente que está necessitado, mas também que faz o possível para sair da sua condição de pobre; ele deve mostrar seu civismo, sua vontade de autonomia, seu sentido das responsabilidades, seu desejo de ser ator, individual ou

⁵ Por contrato social o autor entende “idéia que fazemos de uma coletividade a respeito das condições que seus membros devem preencher para que seus interesses sejam reconhecidos como legítimos e possam, portanto, ser levados em consideração pela solidariedade instituída”.

coletivamente. Com a mutação tecnológica, política, econômica, cultural e social a segunda leitura está a se impor.

Além do contrato social, outra diferença com relação às quatro leituras da pobreza, refere-se a diferentes concepções de política social (Bajoit 2006:94). As duas principais tendências nesse sentido são de considerar o pobre como responsável pela sua condição e, na segunda, a pobreza é vista como produto do funcionamento do sistema.

Na primeira abordagem, ao pobre compete fazer o necessário, com auxílio de pessoal especializado, para resolver seu problema. O funcionamento da sociedade não é questionado. É o pobre quem deve se integrar nos papéis sociais, interiorizar os valores e as normas e adquirir os recursos necessários para tornar-se autônomo e não precisar mais de ajuda.

Na segunda abordagem, a pobreza é vista como produto do funcionamento do sistema, em que comporta relações de dominação social que gera desigualdades, desemprego, exclusão, desafiliação. Como consequência, para que o pobre possa vencer sua condição, é necessária assistência indefinidamente ou mudanças no funcionamento da sociedade para inserí-lo na vida ativa. O sistema não se transforma sozinho, sendo preciso movimento social e / ou político.

Para Bajoit (2006:100) todas as leituras são pertinentes. O pobre é ao mesmo tempo marginal, explorado, dependente e desafiado. O problema, em sua opinião, é que leituras tomadas separadamente reduzem o pobre a uma única dimensão, revelando parte do que ele é, mas escondendo os demais aspectos de sua realidade. Ele conclui que seria importante uma leitura mais complexa e mais ajustada à realidade da pobreza, tal qual é vivida por aqueles que estão hoje nesta condição, de modo a conceber políticas sociais de forma original.

Para Sen (2000), a pobreza é um fenômeno multidimensional e assume um caráter de privação das capacidades. Por capacidades ele entende as muitas liberdades de ter estilos de vida diversificados: dos básicos, como alimentar-se; aos mais complexos, como participação política. Tais liberdades dividem-se em *liberdades substantivas*, aquelas relacionadas às capacidades básicas e às participações políticas e de expressão; e, *liberdades instrumentais*, liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

O debate acerca da erradicação da pobreza, intensifica-se no Brasil e a partir de 1991, os Programas de Transferência de renda passam a compor a agenda pública como importante instrumento de combate à pobreza no país. Atualmente o Brasil conta com alguns Programas nacionais, dentre eles o Programa Bolsa Família⁶ através do qual tem atendido milhares de pessoas em todo país. Vale, no entanto, ressaltar os efeitos promovidos por este programa sobre a economia, mais especificamente sobre os índices de pobreza⁷.

⁶ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2006), o Programa Bolsa Família é um programa social de transferência de renda, o qual atribui uma transferência monetária às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza, que possuem renda *per capita* mensal de até R\$ 100,00 e R\$ 50,00, respectivamente⁶. Foi criado pela Lei n° 10.836, de 9 de janeiro de 2004, pelo presidente Luiz Inácio da Silva. São associadas a este programa outras medidas, situadas principalmente nas áreas da educação, saúde e trabalho, medidas estas incisivas na estruturação das famílias e fundamentais para o rompimento do ciclo vicioso que aprisiona boa parte da população brasileira na reprodução da pobreza.

⁷ Para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2006), o programa tem como objetivos: promover acesso à rede de serviços públicos como saúde, educação e assistência social; combater a fome, bem como promover a segurança alimentar e nutricional; estimular o desenvolvimento das famílias⁷ beneficiárias; combater a pobreza; promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações do poder público que se dará pela proteção da família.

2.1 Caracterização do Programa Bolsa Família no Município de Montes Claros

O município de Montes Claros destaca-se entre os demais municípios do Norte de Minas em termos de contingente populacional e de Produto Interno Bruto. A sua escolha nesta pesquisa se deu pelo fato do município abranger o maior número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, e de deter o maior repasse, comparado com os demais municípios da Região Norte Mineira.

Nota-se também, como pode ser observado nos dados da tabela 1, que no município de Montes Claros, 90,6% das famílias em estado de pobreza estão sendo atendidas pelo Programa Bolsa Família, somando um total de R\$1.030.473,00 de repasse para 17.424 famílias, segundo dados do governo federal.

TABELA 1: Demonstrativo - % Atendimento do Bolsa Família no Município de Montes Claros em Relação às Famílias Carentes

Municípios	População Total em 2000 ⁸	PIB de 2000 R\$ 1.000 (Mil) ⁹	Estimativa de Famílias Pobres ¹⁰	IDH 2000 ¹¹	Bolsa- Família Ref: Fevereiro/2006 ¹²		
					Famílias Atendidas	Total de repasse	Atendimento x famílias
53 Montes Claros		1.545.275,47	19.231	0,783	17.424	1.030.673,00	90,6

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA, PNAD/IBGE 2001 E Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Quanto aos recursos do Programa Bolsa Família, pode-se observar, conforme dados dispostos na tabela 2, que estes recursos representam 20,80% do total dos repasses constitucionais, enquanto que o total de repasse feito pelos programas de Transferência de Renda existentes, tem uma participação de 29,70% do total dos repasses constitucionais, ou seja, o Bolsa Família comparando com os demais programas de transferência de renda, tem participação mais expressiva na composição de renda do município.

TABELA 2: Repasses Constitucionais e Repasses dos Programas de Transferência de Renda para o Município de Montes Claros

Repasses Constitucionais em R\$					Programas de Transferência de Renda em R\$			
FPM ¹³	ITR	IOF	LC 87/96	FUNDEF	Total	Bolsa Família	Outros Programas	Total transferência de Renda
1.867.501,05	2.230,36	-	91.708,81	1.501.036,18	3.462.476,40	721.066,00	308.535,00	1.029.601,00

Fonte: Repasses Constitucionais – Tesouro Nacional (Dez 2004); Bolsa Família (dez 2004) - MDS

⁸ Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA

⁹ Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA. Produto Interno Bruto (PIB) Municipal de 2000- R\$ 1.000 (mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional

¹⁰ Fonte PNAD/IBGE 2001

¹¹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA

¹² MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Demonstrativo - % Atendimento no Bolsa Família nos municípios em relação às famílias carentes.** Brasília, Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>> Acesso em 29/ março/2006f

¹³ Fundo de Participação do Município

TABELA 3: Variação Percentual dos Repasses Constitucionais em Relação aos Programas de Transferência de Renda no Município de Montes Claros

Participação do Bolsa Família nos Repasse						Participação da Transferência de Renda nos Repasse					
FPM %	ITR ¹⁴ %	IOF ¹⁵ %	LC87/96 ¹⁶ %	FUNDEF ¹⁷ %	Total %	FPM %	ITR %	IOF %	LC87/96 %	FUNDEF %	Total %
38,60	32.329,60	-	786,30	48,00	20,80	55,10	46.163,00	-	1.122,70	68,60	29,70

Fonte: Repasses Constitucionais – Tesouro Nacional (Dez 2004); Bolsa Família (dez 2004) - MDS

Ainda, comparando o total de repasse feito pelo Programa Bolsa Família ao município de Montes Claros em 2004 com o seu PIB no montante de R\$ 1.779.402,00¹⁸, pode-se verificar que o total de renda advinda do Programa Bolsa Família, via repasses do Governo Federal, equivalem a 0,04% do montante total de PIB gerado no município de Montes Claros no ano de 2003.

O repasse feito pelo Programa Bolsa Família é importante para a composição da renda do município, uma vez que sua representatividade é significativa comparada aos demais repasses constitucionais, além de atender uma porcentagem significativa das famílias em condição de pobreza e agregar maior volume de recursos para a economia local com importantes efeitos sobre a demanda agregada da economia, caso sejam gastos em produções do próprio município. É por isto, que o presente trabalho se propõe a fazer uma análise mais detalhada a respeito dos efeitos econômicos e sociais promovidos por este programa sobre parcela da população beneficiada pelo mesmo no município de Montes Claros.

3- Metodologia da Pesquisa

Os principais efeitos advindos do Programa Bolsa Família, foram observados por meio da pesquisa de campo via aplicação de questionários junto às famílias beneficiadas pelo programa no município de Montes Claros, o que permitiu avaliar alguns impactos econômicos e sociais promovidos pelo mesmo.

A unidade de pesquisa foi o município de Montes Claros, e, por intermédio da Prefeitura Municipal de Montes Claros, foram levantados os dados necessários relativos ao universo de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa família, utilizada como base para definição da amostra representativa das famílias pesquisadas.

3.1- Universo e Amostra

O universo ou população em análise tem em comum algumas características como famílias com renda *per capita de até R\$ 60,00* ou de até R\$ 120,00, ou seja, famílias que se encontra em condições de pobreza extrema ou de pobreza respectivamente, que recebem o benefício do Programa Bolsa Família. Este estudo constitui-se de um universo finito,

¹⁴ Imposto Territorial Rural

¹⁵ Imposto sob operações de crédito, de câmbio, de seguros e operações relativas a títulos e valores imobiliários.

¹⁶ Lei Complementar nº87, de 13 de setembro de 1996. Incidência de imposto sob operações relativas à circulação de mercadorias, prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal, prestação onerosa de comunicação, etc.

¹⁷ Fundo de manutenção de desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério

¹⁸ PIB a preço corrente em R\$ de 2003, conforme dados fornecidos pela Fundação João Pinheiro.

composto por 23.954 famílias beneficiadas pelo programa, cadastradas até abril de 2006, no município de Montes Claros/MG.

Para desenvolver análises quantitativas e qualitativas, dadas as dificuldades inerentes a tempo e ao próprio custo, em se tratando da realização de pesquisa de campo, faz-se necessário a determinação de uma amostra representativa e definida, tendo por base a utilização de parâmetros estatísticos, conforme formulação aqui especificada.

$$n = \frac{z^2 \cdot pq \cdot N}{E^2(N-1) + z^2 \cdot pq}$$

N= tamanho da amostra

z : nível de confiança escolhido, expresso em números de desvios-padrão

p: porcentagem com a qual o fenômeno se verifica

q: porcentagem complementar (100-p)

N: tamanho da população

E²: erro máximo permitido

$$n = \frac{1,96^2 \cdot 0,95 \cdot 0,05 \cdot 23954}{0,341^2 (23954 - 1) + 1,96^2 \cdot 0,95 \cdot 0,05}$$

$n = 156$

A partir desta definição estatística para construção da amostra, pode-se inferir que considerando uma hipótese de p=95% de satisfação com o programa Bolsa Família em uma população de 23.954 beneficiários a um nível de confiança de 95%, obtém-se uma amostra de 156 (cento e cinquenta e seis) famílias, considerando-se uma margem de erro de 3,41%.

3.3- Testes Utilizados para Avaliação do Programa

Objetivando descrever os impactos do Programa Bolsa Família, introduzido no município de Montes Claros, além das análises estatísticas baseadas em variação percentual para verificação do perfil dos beneficiários, foram realizados os seguintes testes econométricos: análises univariadas, por meio de estatística de teste t para diferenças de médias e análises multivariadas, através de modelos de regressão.

4- Análise dos Resultados da Pesquisa

Conforme descrição metodológica da pesquisa de campo, aqui apresentada, foram aplicados 156 questionários junto às famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, distribuídas aleatoriamente em diversas localidades da cidade de Montes Claros, haja vista que o perfil das famílias beneficiadas é o mesmo, definido por critérios estabelecidos pelo próprio programa.

Com a pesquisa de campo, foi possível analisar o perfil das famílias beneficiadas pelo programa e as mudanças na condição de vida destas famílias, bem como, pode-se avaliar alguns impactos do Programa Bolsa Família no município de Montes Claros, conforme destacado a seguir.

4.1- Perfil das Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família

Apresentam-se aqui as principais características inerentes às famílias atendidas pelo programa, enfatizando variáveis como: sexo, idade, grau de instrução, dentre outras, as quais permitam a identificação do perfil das mesmas.

Do total dos entrevistados, pode-se constatar que entre os responsáveis cadastrados junto ao Programa, 2,6% são do sexo masculino, e 97,4% são do sexo feminino. Tais dados revelam a presença da mulher como responsável legal pelo recebimento do benefício, confirmando, portanto, as normas estabelecidas pelo programa, haja vista, que as mulheres são tidas como melhores administradoras destes recursos em benefício das famílias. Deste responsáveis legais, 46,5% são da raça parda; 27,7% são brancos; 21,3% são de raça Preta; 3,2% são da raça amarela; e 1,3% são indígenas. Quanto ao estado civil, 61,3% são casados, 19,4% são enquadrados como solteiros, 12,3% estão separados e 7,1% são viúvos. Destes, 90,4% , sabem ler e escrever. Neste contexto, vale questionar, se o fato das pessoas serem em sua maioria, alfabetizadas, estaria influenciando de maneira positiva o acesso ao programa, até mesmo porque, a busca pelos direitos esta diretamente relacionada à formação cultural e educacional da população.

4.2- Característica das Famílias Beneficiadas pelo Bolsa Família

Das famílias entrevistadas 96,2% estão recebendo o benefício da Bolsa Família, mas 3,8% não estão recebendo mais, devido a algum tipo de bloqueio, sendo de competência da Prefeitura Municipal de Montes Claros a investigação dos motivos do cancelamento e/ou não recebimento, bem como sobre sua posterior liberação se for o caso.

Em relação ao período de recebimento do benefício constatou-se, que 17,7 % das famílias já recebem o benefício, num intervalo que vai de 1 a 4 meses; 58,2% das famílias já recebem o benefício na média de 5 a 24 meses e 24,1% recebem o benefício a mais de 24 meses¹⁹.

De acordo com o Programa Bolsa Família, existe uma renda variável de R\$ 15,00, distribuída conforme situação socioeconômica e do número de crianças e adolescentes de idade entre 0 a 15 anos no âmbito familiar, no entanto, o programa só financia 3 crianças por família. Neste sentido, ao analisar-se o número de crianças beneficiadas por família verificou-se que 41,3% destas têm apenas um filho sendo beneficiado; que 36,3 % têm até dois filhos beneficiados; 12,9% das famílias têm três crianças sendo beneficiadas. Entretanto, constatou-se que existem 1,9% das famílias com quatro crianças beneficiadas, 0,6% das famílias têm cinco crianças sendo beneficiadas e 0,6% das famílias têm oito crianças beneficiadas. Tal viés pode justificar-se, porque embora o programa se proponha a financiar o máximo de três crianças por família, em algumas casas a família é constituída por filhos, netos e bisnetos e, portanto, com mais de um beneficiário cadastrado no programa.

A maioria das famílias é composta por uma média de 4 a 6 membros, ou seja, o correspondente a 66,7%.

¹⁹ Vale ressaltar que, o Programa Bolsa Família, é composto pela unificação dos Programas Bolsa Escola instituído em 2001, o Bolsa Alimentação criado também em 2001, O Auxílio Gás em 2002 e do Cartão Alimentação em 2003. Portanto, para efeito de análise de impacto, considerou-se como período de referência: ano 2001 aos dias atuais, incorporando todos os beneficiários cadastrados até de 2006.

4.3- Características Inerentes às Condições de Vida das Famílias Beneficiadas pelo Bolsa Família

Quanto à condição de moradia destas famílias, constatou-se que 68,8% das famílias vivem em casas não rústicas, e 24,7% vivem em casas rústicas, como é o caso de casas com paredes de taipa e piso de terra batida.

Outra variável importante para caracterizar as famílias beneficiadas, é a condição de ocupação, da qual se verificou, que 61,4% das famílias moram em casa própria já paga, e que 23,5% moram em casas cedidas por particulares, como algum parente, amigos, etc. Outras 12,4% das famílias moram em casas alugadas e somente 1,3% tem um tipo de ocupação diferente das demais, podendo ter várias denominações.

Foram questionadas as famílias, sob sua satisfação com relação às condições de moradia e 40,3 consideram que têm boas condições de moradia, assim como também 40,3% dos entrevistados consideram suas condições de moradia satisfatórias. Somente 19,4% consideram suas condições de moradia ruim.

Perguntou-se aos beneficiários, como a renda mensal da família lhes permite chegar até o fim do mês. Destes, a grande maioria, 41,7% , responderam que chegam ao final do mês com muita dificuldade

Em relação à quantidade de alimentos consumidos no mês, constata-se que para 57,1% das famílias a quantidade de alimentos consumidos às vezes não é suficiente; outro percentual de 23,1% das famílias consideram que a quantidade de alimentos consumidos normalmente não são suficientes e 19,9% acreditam que a quantidade de alimentos consumidos sempre é suficiente.

Pode-se Concluir, quanto ao perfil das famílias beneficiadas pelo programa, que são em sua maioria chefiadas por mulheres, com idade média de 26 a 40 anos, de cor parda, com ensino fundamental. Constatou-se também, que as famílias são compostas em média por 5 membros dos quais vivem em casas rústicas, sendo que a maioria destas moradias é própria já paga.

4.4.1- Análises de Regressões

TABELA 4: Comparação Entre o Benefício Recebido e o Grau de Instrução do Responsável Legal

Grau de Instrução	N	Média do valor do Benefício	Desvio
Nenhuma Série completa	42	54,8333	30,12083
Ensino fundamental	52	48,3465	32,13262
Ensino Médio	46	59,7826	26,64492
Superior	5	37,0000	27,06474
Total	145	53,4621	29,97291

Fonte: Pesquisa de campo.

Ao comparar o valor do benefício recebido com o grau de escolaridade do responsável legal, verifica-se que, a média de benefício recebido pelas famílias é menor entre as famílias, cujo responsável legal tem ensino superior, ou seja, cerca de R\$ 37,00 e que tal média é maior entre as famílias, cujo responsável legal tem ensino médio, cerca de R\$ 60,00. Já entre os responsáveis que não tem nenhuma série completa, e que tem ensino fundamental esta média é de R\$ 55,00 e R\$ 49,00, respectivamente.

TABELA 5: Variação do Benefício em Relação ao Tempo no Programa

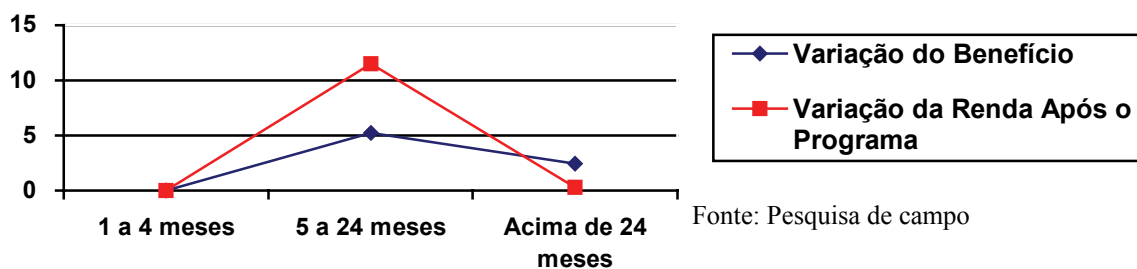
Tempo	N	Valor médio do Benefício	Variação do Benefício %	Desvio
1 a 4 meses	25	52,80	-	29,22898
5 a 24 meses	80	55,56	5,23	25,82798
Acima de 24 meses	34	56,91	2,43	38,73325
Total	139	55,40		29,85002

Fonte: Pesquisa de campo

TABELA 6: Variação da Renda Familiar com o Programa em Relação ao Tempo no Programa

Tempo	N	Rendimento Familiar	Variação do Benefício %	Desvio
1 a 4 meses	25	380,00	-	182,26
5 a 24 meses	78	423,67	11,49	219,64
Acima de 24 meses	31	424,97	0,31	218,98
Total	134	406,24		212,48

Fonte: Pesquisa de campo

GRÁFICO 2: Variação do Benefício em Relação à Variação da Renda

Fonte: Pesquisa de campo

Conforme se pode observar nas tabelas 5 e 6, existe um crescimento médio positivo tanto entre o montante de benefícios recebidos pelas famílias ao longo do tempo, quanto entre o montante de renda familiar após participação destas famílias como beneficiárias do programa. Entretanto, deve-se destacar que ao analisar-se o fato de ter menor tempo como beneficiária do programa (1 a 4 meses) com os demais períodos, utilizando-se o período inicial como base, observa-se em um período intermediário como beneficiários (de 5 a 24 meses), uma variação positiva tanto no montante de benefícios recebidos (5,23%), quanto na renda familiar (11,49%). Todavia, quando comparado o menor período com o maior tempo de recebimento (acima de 24 meses), constata-se que tanto para o montante de benefícios recebidos, quanto para a renda familiar dos beneficiários, houve um crescimento positivo, da ordem de 2,43% e 0,31% respectivamente, embora, em comparação ao período intermediário, caracterize uma queda expressiva em termos de renda e benefício, fato que não permite a afirmação de que este programa permita a ampliação do volume de recursos obtidos com o benefício ao longo do tempo, mas, ao mesmo tempo induz à constatação de que a queda percentual no montante de renda familiar ao longo do tempo de permanência destas famílias como beneficiárias do programa, pode ser reflexo de que as mesmas estão incrementando seus rendimentos apenas pelas fontes advindas do programa de transferências de renda do governo, haja vista que ambos, benefício e renda familiar, acompanham a mesma linha de tendência ao longo do tempo.

TABELA 7: Análise de Regressão Múltipla Entre: Despesas com Saúde, Renda Antes do Programa, Renda Após o Programa e Idade do Pai

Variáveis	Despesa com Saúde $\beta_1 X_{i1}$	Renda Antes do Programa $\beta_2 X_{i2}$	Renda Após o Programa $\beta_3 X_{i3}$	Idade do Pai $\beta_4 X_{i4}$
β	0,445	0,134	- 0,11	0,016
Significância	0,353	0,259	0,329	0,022
Desvio Padrão	0,472	0,117	0,107	0,007

Fonte: Pesquisa de campo.

* Variável dependente: despesas com saúde

Ao analisar o modelo de regressão múltipla, exposto no na tabela 7, percebe-se que para cada aumento de uma unidade na renda do beneficiário antes do acesso ao programa, havia um acréscimo na despesa com saúde de 0,134. Já, após entrada como família beneficiária do programa, estas passam a destinar 0,11 a menos do montante de sua renda familiar para as despesas com saúde, embora para estas variáveis o modelo não apresente significância considerável. Em relação a variável idade do pai, nota-se que, a cada incremento de uma unidade na idade do pai, ou seja, quanto mais velho ele for, maior a renda familiar destinada às despesas com saúde, independente da obtenção do benefício, fato observado pelo acréscimo de 0,016 nas despesas com saúde conforme idade dos pais.

TABELA 8: Análise de Regressão Múltipla Entre Despesas com Alimentação, Renda Antes do Programa, Renda Após o Programa, Idade do Pai e Recebe ou não o Programa

Variáveis	Despesa com Alimentação $\beta_1 X_{i1}$	Renda Antes do Programa $\beta_2 X_{i2}$	Renda Após o Programa $\beta_3 X_{i3}$	Idade do Pai $\beta_4 X_{i4}$	Recebe o programa $\beta_5 X_{i5}$
β	0,209	0,206	0,150	0,012	0,355
Significância	0,725	0,020	0,118	0,011	0,499
Desvio Padrão	0,591	0,087	0,095	0,005	0,522

Fonte: Pesquisa de campo.

* Variável dependente: Despesas com alimentação

No modelo exposto no na tabela 8, percebe-se que, para cada aumento de uma unidade na renda antes das famílias serem beneficiárias do programa, as despesas com alimentação cresciam em torno de 0,21. Após a introdução das famílias como beneficiárias do programa, nota-se que o incremento de uma unidade na renda passa a provocar um acréscimo de 0,150 nas despesas com alimentação. Tais incrementos revelam que o montante de gastos com alimentação eram maiores antes do programa, ou seja, quando se tornam beneficiárias, essas famílias passam a destinar menor parcela de seus rendimentos às despesas com alimentação. Diante de tal fato, pode-se induzir que tal renda esteja sendo direcionada a outros gastos diversos, já que parcela obtida com o benefício passa a complementar o percentual de gastos necessários com alimentação. Além disto, em relação à idade do pai, a cada aumento de um ano em sua idade, tem-se um incremento de 0,012 nas despesas com alimentação. Já no que se refere ao recebimento do programa, observa-se que o fato de ser beneficiário agrega 0,355 de gastos a mais com alimentação, para cada acréscimo de uma unidade no montante total de benefício recebido.

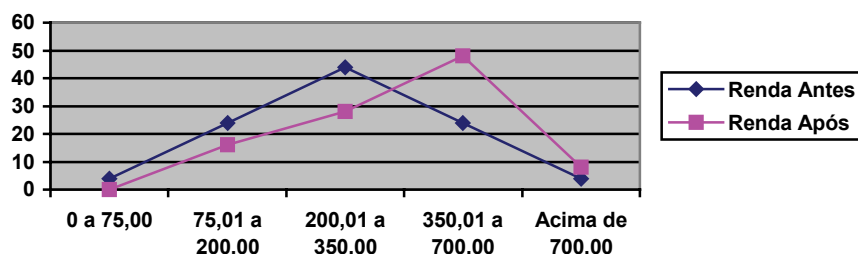
4.4.2- Teste de Diferenças de Médias

TABELA 9: Renda Antes e Depois do Programa (1 a 4 meses de Recebimento)

RENDA ANTES DO PROGRAMA			RENDA APÓS O PROGRAMA		
Renda em classes (R\$)	Famílias	%	Renda em classes (R\$)	Famílias	%
0 a 75,00	1	4	0 a 75,00	0	0
75,01 a 200,00	6	24	75,01 a 200,00	4	16
200,01 a 350,00	11	44	200,01 a 350,00	7	28
350,01 a 700,00	6	24	350,01 a 700,00	12	48
Acima de 700,00	1	4	Acima de 700,00	2	8
Total	25	100		25	100

Fonte: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 3: Renda Antes e Depois do Programa (1 a 4 meses de Recebimento)



Fonte: Pesquisa de campo.

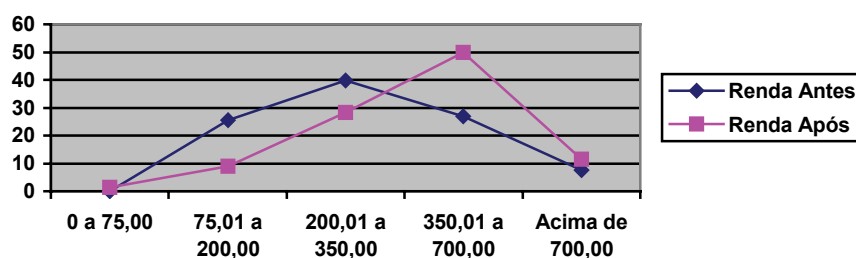
No gráfico 3, pode-se perceber, que o percentual de famílias recebendo entre R\$ 200,01 a R\$ 350,00 é maior, mas ao compararmos com a renda familiar após o recebimento do benefício, verifica-se que há um incremento da mesma nas faixas de rendimentos superiores, correspondente de forma mais expressiva para 48% dos casos, recebendo entre R\$ 350,01 e R\$ 700,00.

TABELA 10: Renda Antes e Depois do Programa (5 a 24 meses de Recebimento)

RENDA ANTES DO PROGRAMA			RENDA APÓS O PROGRAMA		
Renda em classes (R\$)	Famílias	%	Renda em classes (R\$)	Famílias	%
0 a 75,00	0	0	0 a 75,00	1	1,28
75,01 a 200,00	20	25,6	75,01 a 200,00	7	8,97
200,01 a 350,00	31	39,7	200,01 a 350,00	22	28,21
350,01 a 700,00	21	26,9	350,01 a 700,00	39	50
Acima de 700,00	6	7,7	Acima de 700,00	9	11,54
Total	78	100		78	100

Fonte: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 4: Renda Antes e Depois do Programa (5 a 24 meses de Recebimento)



Fonte: Pesquisa de campo.

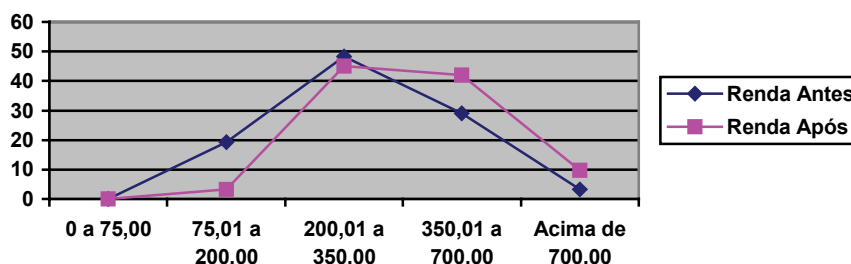
No gráfico 4, observa-se, que antes do programa havia um percentual nulo de pessoas com renda entre 0 a R\$ 75,00, já após o programa constatou-se que há um percentual embora pequeno de 1,28% de família com renda entre 0 a R\$ 75,00. Nos demais intervalos, percebe-se que há uma tendência de crescimento da renda após o programa, ou seja, antes do programa havia um percentual de 39,7% das famílias com renda entre R\$ 200,01 a R\$ 350,00, mas após o programa o percentual de famílias é maior no intervalo de R\$ 350,01 a R\$ 700,00.

TABELA 11: Renda Antes e Depois do Programa (Acima de 24 meses de Recebimento)

RENDA ANTES DO PROGRAMA			RENDA APÓS O PROGRAMA		
Renda em classes (R\$)	Famílias	%	Renda em classes (R\$)	Famílias	%
0 a 75,00	0	0	0 a 75,00	0	0
75,01 a 200,00	6	19,35	75,01 a 200,00	1	3,23
200,01 a 350,00	15	48,39	200,01 a 350,00	14	45,16
350,01 a 700,00	9	29,03	350,01 a 700,00	13	41,93
Acima de 700,00	1	3,23	Acima de 700,00	3	9,68
Total	31	100		31	100

Fonte: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 5: Renda Antes e Depois do Programa (Acima de 24 Meses de Recebimento)



Fonte: Pesquisa de campo.

No gráfico 5, percebe-se, que antes do programa o percentual de famílias é maior no intervalo de renda de R\$ 200,01 a R\$350,00, relativo a 48,39% das famílias beneficiadas; após o programa os intervalos de renda entre R\$ 200,01 a R\$ 350,00 e R\$ 350,01 a R\$ 700,00 passam a ter percentuais de 45,16% e 41,93% respectivamente, ou seja em um período mais longo, como beneficiário, no caso acima de 24 meses, percebe-se que a maioria das família tem maiores rendas, embora, em todas as faixas de períodos selecionados, verifica-se certa semelhanças entre o comportamento das rendas antes e após participação como beneficiário do programa, em que maiores faixas de rendimento sempre são observadas após o recebimento do benefício.

TABELA 12: Diferença de Média Entre Renda Antes e Após o Benefício (1 a 4 meses de Recebimento)

Renda	Média (R\$)	N	Significância	Diferença de média
Antes do programa	330,00	25	0,000	50,00
Após o programa	380,00			

Fonte: Pesquisa de campo.

TABELA 13: Diferencia de Média Entre Renda Antes e Após o Benefício (5 a 24 meses de Recebimento)

Renda	Média (R\$)	N	Significância	Diferença de média
Antes do programa	367,29	25	0,000	56,37
Após o programa	423,66			

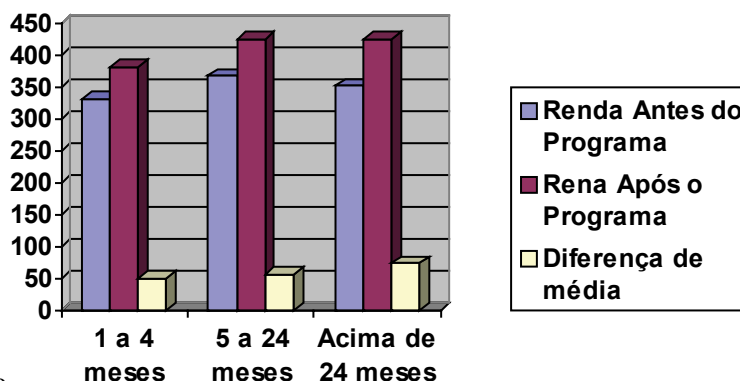
Fonte: Pesquisa de campo.

TABELA 14: Diferencia de Média Entre Renda Antes e Após o Benefício (Acima de 24 meses de Recebimento)

Renda	Média (R\$)	N	Significância	Diferença de média
Antes do programa	351,42	25	0,000	73,55
Após o programa	424,97			

Fonte: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 6: Diferença de Médias Entre Renda Antes e Após o Programa



Fonte: Pesquisa de campo.

Unificando as tabelas 12,13 e 14 no gráfico 6, pode-se perceber que há um aumento crescente nas diferenças de médias, se comparadas com o tempo de recebimento. Para aquelas famílias com maior tempo de recebimento, ou seja, que recebem entre 5 a 24 meses e acima de 24 meses, cujas diferenças de médias equivalem a R\$ 56,37 e R\$ 73,55, respectivamente. Já para aquelas famílias que recebem entre 1 a 4 meses de benefício, a diferença de renda familiar antes e depois do benefício foi de R\$ 50,00. Tais análises levam a conclusão, de que há um aumento de renda com a introdução do programa, embora este não se dê em grandes proporções, haja vista que a variação percentual das médias de menor tempo em relação ao maior tempo como beneficiário do programa, assume proporção decrescente a partir de 24 meses como beneficiária do programa.

TABELA 15: Diferencia de Média Entre Quantidade de Pessoas que Trabalham Antes e Após o Benefício (1 a 4 Meses de Recebimento)

Renda	Média de pessoas	N	Significância	Diferença de média
Antes do programa	0,96	24	0,439	0,17
Após o programa	1,13			

Fonte: Pesquisa de campo.

TABELA 16: Diferencia de Média Entre Quantidade de Pessoas que Trabalham Antes e Após o Benefício (5 a 24 Meses de Recebimento)

Renda	Média de pessoas	N	Significância	Diferença de média
Antes do programa	1,15	82	0,000	0,06
Após o programa	1,21			

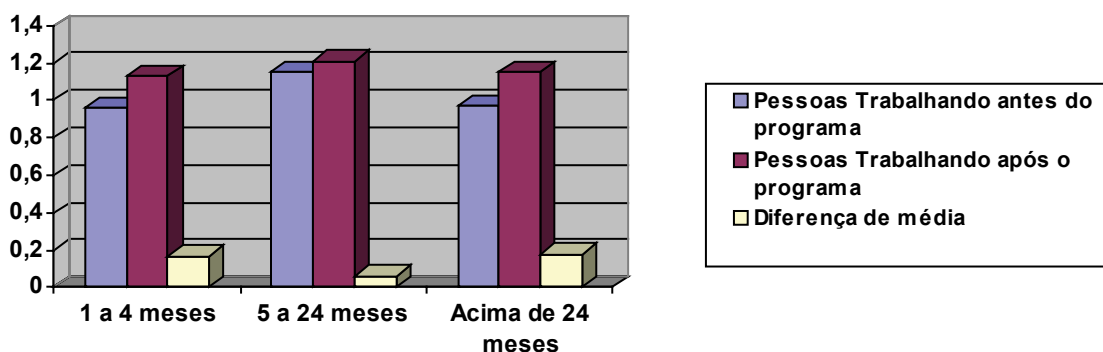
Fonte: Pesquisa de campo.

TABELA 17: Diferencia de Média Entre Quantidade de Pessoas que Trabalham Antes e Após o Benefício (Acima de 24 Meses de Recebimento)

Renda	Média de pessoas	N	Significância	Diferença de média
Antes do programa	0,97	33	0,032	0,18
Após o programa	1,15			

Fonte: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 7: Diferença de Médias Entre Quantidade de Pessoas que trabalham Antes e Após o Programa



Fonte: Pesquisa de campo.

No gráfico 7, pode-se perceber, apesar da pequena variação observada entre o número de membros da família que trabalhavam antes e após cadastramento no programa como receptoras do benefício, que a diferença de médias entre estas duas variáveis é maior entre as famílias que participam do programa há menos tempo, depois esta média decresce, não tão significativamente, para o período de 5 a 24 meses, voltando a crescer entre os beneficiários que estão no programa a mais de 24 meses.

Renda familiar: atual e desejada.

TABELA 18: Diferencia de Média Entre Renda Atual e Renda Desejada

Renda	Média de pessoas	N	Significância	Diferença de média
Renda com o programa	410,13	151	0,000	-266,56
Renda Desejada	676,69			

Fonte: direta da autora

Comparando as médias de recebimento das famílias beneficiadas com a média de recebimento almejado pelas mesmas, percebe-se que há uma diferença de renda familiar efetiva e desejada da ordem de menos R\$ 266,56, ou seja, as famílias precisariam de um incremento de R\$ 266,56 para complementar a renda que elas acreditam ser suficientes para despesas mensais.

Despesas da família e gasto necessário:

TABELA 19: Diferencia de Média Entre Despesas Atuais Com Alimentação e Valor Necessário para Cobrir os Gastos Com Alimentação

Renda	Média de pessoas	N	Significância	Diferença de média
Despesas atuais com alimentação	181,82	151	0,000	-101,92
Valor Necessário para a alimentação	283,74			

Fonte: direta da autora

Ao se comparar o montante de gastos com alimentação realizada pelas famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família, com o valor mínimo que elas acreditam ser

suficiente para cobrir sua real necessidade de alimentação, nota-se que atualmente estas famílias gastam cerca de R\$ 181,82, com alimentação, embora, precisariam de R\$ 101,92 a mais do que estão gastando atualmente para que tenham suas necessidades alimentícias satisfeitas, ou seja o equivalente a 40% a mais em relação ao que esta sendo gasto.

TABELA 20: Relação Entre Satisfação com o Programa e o Desenvolvimento da Educação

Em %		Melhorou Educação:		
		Não melhorou	Melhorou	Total
Satisfação com o programa	Insatisfeito	15,6	6,8	22,4
	Satisfeito	44,2	33,3	77,6
	Total	59,9	40,1	100

Fonte direta da autora

TABELA 21: Relação Entre Satisfação com o Programa e o Desenvolvimento da Alimentação

Em %		Melhorou Alimentação:		
		Não melhorou	Melhorou	Total
Satisfação com o programa	Insatisfeito	14,3	8,2	22,4
	Satisfeito	38,8	38,8	77,6
	Total	53,10	46,9	100

Fonte direta da autora

TABELA 22: Relação Entre Satisfação com o Programa e o Desenvolvimento da Condição de Emprego

Em %		Melhorou Emprego:		
		Não melhorou	Melhorou	Total
Satisfação com o programa	Insatisfeito	22,4	0,0	22,4
	Satisfeito	73,5	4,1	77,6
	Total	95,9	4,1	100

Fonte direta da autora

TABELA 23: Relação Entre Satisfação com o Programa e o Desenvolvimento da Saúde

Em %		Melhorou Saúde:		
		Não melhorou	Melhorou	Total
Satisfação com o programa	Insatisfeito	18,4	4,1	22,4
	Satisfeito	53,7	23,8	77,6
	Total	72,1	27,9	100

Fonte direta da autora

TABELA 24: Relação Entre Satisfação com o Programa e o Desenvolvimento da Renda

Em %		Melhorou Renda:		
		Não melhorou	Melhorou	Total
Satisfação com o programa	Insatisfeito	15,0	7,5	22,4
	Satisfeito	46,3	31,3	77,6
	Total	61,2	38,8	100

Fonte direta da autora

Analisando as tabelas 20, 21, 22,23 e 24, verifica-se que, embora, 77,6% das famílias beneficiadas afirmem estar satisfeitas com o programa, destas, 59,9% ressaltaram que não houve melhoras no indicador educação, 53,10% disseram que não estão se alimentando melhor após a participação como beneficiária do programa, e 95,9% famílias beneficiadas ressaltaram que o programa não melhorou o volume de emprego. A saúde também não

melhorou para 72,10% famílias beneficiadas e para 61,2% destas, a renda familiar não alterou tão significativamente.

Após traçar o perfil das famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família e analisar algumas variáveis de impacto do programa, pode-se concluir que a maioria das famílias são compostas por 5 membros, dos quais vivem em casas rústicas, sendo que a maioria destas moradias é própria já paga. Além disso, percebeu-se que a renda destas famílias sofreu acréscimo após o programa o que já era esperado em virtude do próprio incremento do benefício, entretanto, não se pode dizer que o programa melhorou significativamente a condição de vida destas pessoas, uma vez que tais indicadores como: educação, alimentação, emprego e saúde mantiveram-se constantes e/ou apresentaram pequenas variações, além do que o montante de renda obtida por essas famílias embora crescente, não caracteriza a renda familiar desejadas pelas mesmas, impossibilitando inclusive a manutenção dos gastos básicos desejados por estas famílias, como da própria alimentação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando explicar os efeitos promovidos pelo programa Bolsa Família no município de Montes Claros, em se tratando da evolução econômica e social das famílias beneficiadas, o presente trabalho buscou, por meio de pesquisas bibliográficas e de campo, fazer alusão a temas como pobreza e políticas públicas de combate à pobreza, considerando para tanto as famílias atendidas pelo Programa Bolsa família no município de Montes Claros localizado na região Norte de Minas Gerais.

Em relação à contribuição do programa Bolsa Família para melhoria das condições de vida de parcela da população montesclarenses beneficiada, no que se refere aos seus aspectos econômicos e sociais, pode-se comprovar, que embora a maioria das famílias beneficiadas considere o programa como satisfatório, mesmo com tendência crescente em se tratando das variáveis renda e emprego destas famílias ao longo de sua participação como beneficiária do programa, verificou-se que não houve melhorias nas condições de vida destas famílias, em se tratando dos indicadores educação, saúde e alimentação. Constatou-se também, que embora haja um incremento na renda destas famílias, a renda não é suficiente para cobrir os gastos que eles consideram como necessários para se ter uma boa condição de vida, o que impacta na maior dificuldade até mesmo de subsistência de algumas famílias;

Quanto ao incremento ocasionado sobre o montante de renda agregada no município de Montes Claros, constatou-se, que o total de renda advinda do Programa Bolsa Família, via repasses do Governo Federal, equivalem a 0,04% do montante total de PIB gerado no município de Montes Claros no ano de 2003. O repasse desta renda via transferências do governo, poderia caracterizar um acréscimo de gasto autônomo sobre a economia local, contribuindo positivamente para ampliação da demanda agregada na economia do município com efeito multiplicador importante sobre o montante total de renda, isto se parcela importante desta renda, não estiver sendo destinada ao consumo de bens e serviços diretos, não produzidos na economia local. Deve-se considerar ainda, que os recursos advindos deste programa representam 20,80% do total dos repasses constitucionais como ITR, FPM, LC 87/96, FUNDEF, enquanto que o total de repasse feito pelos programas de Transferência de Renda existentes, tem uma participação de 29,70% do total destes repasses constitucionais, ou seja, o Bolsa Família comparando com os demais programas de transferência de renda, tem participação mais expressiva na composição de renda do município.

Pode-se concluir, portanto, que o Programa Bolsa Família não tem provocado um alívio imediato nas condições de vida das famílias em situações de extrema pobreza e de pobreza, como esperado, uma vez que indicadores importantes com saúde, educação,

emprego, dentre outros mais, não foram atendidos de forma satisfatória. O que se percebe, é que o incremento da renda por si só não vai gerar um efeito positivo, é necessário além do incremento de renda, uma visão governamental com participação também da sociedade, via instituições privadas e/ou não governamentais (ONGs), voltadas para a realização de investimentos produtivos, geradores de emprego e renda para a população ativa. Além do que, deve-se dar um direcionamento específico para atendimento das necessidades básicas da população, sobretudo aquelas mais pobres, através dos serviços públicos de saúde, educação, alimentação, infra-estrutura, que de uma forma ou de outra irão complementar as prioridades e necessidades da população local, bem como possibilitar seu maior bem estar econômico e social. Por fim, a exemplo de Bajoit (2006) para quem definir pobre em termos de renda é uma evidência e uma tautologia, dado que não explica as razões pelas quais ele/ela é pobre, nem a maneira pela qual se poderia superar a situação, isto é, não explica as causas e os efeitos da pobreza e, conseqüentemente, não auxilia a criar políticas sociais para minorar a pobreza.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, André Azevedo. **O Caminho para a servidão, 60 anos depois**. Abril 2004. Disponível em <www.causaliberal.net/documentosaaa/hayekz.htm> . Acesso em: 09 outubro de 2006.

ANDRADE, Manuel Correia. **Espaçamento, polarização e desenvolvimento: Uma introdução à economia regional**. 5º ed. São Paulo: Atlas. 1987. 135 p.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan. 2000. 390 p.

BALSA, C. et. Al. (2003). Conceitos e dimensões da Pobreza e da Exclusão Social. Uma abordagem transnacional. Lisboa, CEOS/Editora UNIJUI.

BAJOIT, G. (2006). Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social. In: Casimiro Balsa, Lindomar Wessler Boneti & Marc-Henry Soulet (Org.). Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social: Uma abordagem transnacional. Ijuí, Ed. da Unijuí.

BRASIL/MDS.MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Seminário Internacional “Bolsa Família: Programa Bolsa Família- 2 anos superando a fome e a pobreza no Brasil”**. Brasília. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br>> Acesso em 28/ março/2006a.

_____. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Dados do Bolsa Família: relatório por município**. Brasília. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br>> Acesso em: 28 março 2006b.

_____. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Legislação do Bolsa Família**. Brasília. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br>> Acesso em: 28 março 2006c.

_____. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa Bolsa Família: Orientações para o Ministério**. Brasília. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br>> Acesso em: 28 março 2006d.

_____. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Responsabilidades Governamentais e procedimentos de Gestão de benefícios**. Brasília. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br>> Acesso em: 28 março 2006e.

_____. **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Demonstrativo - % Atendimento no Bolsa Família nos municípios em relação às famílias carentes.** Brasília. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>> Acesso em: 29 março 2006f.

ESTIVILL, J. A face não reconhecida da sociedade. O debate conceptual sobre a exclusão social na Europa e na América Latina. In: Casimiro Balsa, Lindomar Wessler Boneti & Marc-Henry Soulet (Org.). **Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social: Uma abordagem transnacional.** Ijuí, Ed. da Unijuí.

GIAMBIAGI, Fábio. [et. al.]. **Economia Brasileira Contemporânea.** 4º ed. RJ: Elsevier. 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA. **Dados macroeconômicos e regionais.** Disponível em: <www.ipeadata.gov.br> Acesso em: 03 abr. 2006.

IBGE, Censo Demográfico 1940-2000. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio.** Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 03 abr. 2006.

LAVINAS, Lena; VARSANO, Ricardo. **Programas de Garantia de Renda Mínima e Ação Coordenada de Combate à Pobreza.** Rio de Janeiro: IPEA. Dez. 1997.

LOPES, Helger Maira; MACEDO, Paulo Brigido Rocha; MACHADO, Ana Flávia. **Indicadores de Pobreza: Aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro.** Texto para discussão nº 223. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. 2003. Disponível em < www.cedeplar.ufmg.br>. Acesso em: 22 junho 2006.

MARQUES, Rosa Maria. **Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate: A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros.** Brasília: Estação das Mídias, 2005. Disponível em <www.mds.gov.br> Acesso em: 28 março 2006.

NERI, Marcelo. Políticas Estruturais de Combate a Pobreza no Brasil. In: HERNRIQUE, Ricardo (org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil.** RJ: IPEA. 2000.

PERROUX, François. Trad. José Lebre de Freitas. **A Economia do Século XX.** Lisboa: Livraria Moraes. 1967. p. 755

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento Humano: Entendendo os indicadores.** Brasil. Disponível em: <www.pnd.org.br>. Acesso em 24/junho/2006

_____. **Desenvolvimento Humano e IDH.** Brasil. Disponível em <www.pnd.org.br>. Acesso em 24/junho/2006.

ROMÃO, Maurício Costa. **Pobreza - Conceito e Mensuração.** Caderno de Economia nº 13. Brasília/DF: PNPE, Fev. 1993. 209 p.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: Afinal de que se trata?** 2º ed. Rio de Janeiro: FGV. 2005. 244 p.

_____. **Renda e Pobreza - Medidas Per Capita Versus Adultos-Equivalente.** Texto para discussão nº 609. Rio de Janeiro: IPEA Nov. 1998. Disponível em: <www.ipea.gov.br> Acesso em 22 junho 2006.

_____. Estimação de linhas de indigência e pobreza: opções metodológicas no Brasil. *In:* HENRIQUES, Ricardo (Org.) **Desigualdade e Pobreza no Brasil.** RJ: IPEA. 2000. p.109 – 127.

_____, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. Geografia da Pobreza Extrema e Vulnerabilidade à Fome. *In:* VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti (Cordenadores). **A Nova Geografia da Fome e da Pobreza.** RJ: José Olympio. 2004. p.27- 78.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1979. 345p.

OLIVEIRA, Fábio Martins, RODRIGUES, Luciene (Org.).**Formação Social e Econômica do Norte de Minas.** Montes Claros: Unimontes. 2000. 428p.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Companhia de letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico.** 3º ed. São Paulo: Atlas. 1997. 415 p.